

A trajetória dos estudos de relações raciais no Brasil

Iraneide Soares da Silva*

Resumo: Com base em releitura da história do Brasil, a cada década, o fenômeno do racismo adquire nova roupagem, tendo em vista que cerca de 47% da população são negros e vivem, nos anos 2000, com índice de desenvolvimento humano médio – IDHM – de 0,703 em relação à população branca, com IDHM de 0,814. A população negra do século XXI tem IDHM entre 0,500 e 0,799, compatível com a 105ª posição mundial. A distância entre brancos e negros, portanto, é enorme: 61 posições no *ranking* do IDH mundial. Este artigo traz reflexões sobre o pensamento histórico-sociológico brasileiro, tendo como personagem o negro, e incentiva o fomento a pesquisas sobre políticas de ações afirmativas e a inserção do negro nas áreas tecnológicas de conhecimento, especificamente nos CEFET's – Centros Federais de Educação Tecnológica.

Palavras-chave: Negro. Ações Afirmativas. Educação Tecnológica. CEFET's.

A mestiçagem constitutiva do povo brasileiro manifesta-se como característica indelével do pensamento social. Entretanto, esta espécie de consenso que circunda este valor não foi verificada ao longo da trajetória das idéias brasileiras, pois as críticas à sua univocidade encontraram um lugar na academia brasileira, especialmente a partir da década de 50¹, e

* Iraneide Soares da Silva é historiadora, com pós-graduação em História Cultura, Identidade, Tradições e Fronteira pelo Departamento de História da Universidade de Brasília/ UnB. Ativista do movimento negro brasileiro desde 1989, atuou como uma das gestoras da ONG Kilombo – Organização Negra do RN, de 1994 a 2002, como educadora de crianças com deficiência auditiva no Centro SUVAG- Sistema Universal Verbotonal de Audição Guberina, de 1993 a 2002, como professora da rede estadual de educação, de 2001 a 2002, como educadora popular na comunidade negra Sítio Gramorezinho, de 1993 a 1996. Em 2001, participou de todo o processo preparatório para a III Conferência Mundial Contra Racismo, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, tendo representado seu estado como membro da delegação brasileira em DURBAN, África do Sul, na referida conferência em 2002, financiada pela Fundação Ford. Trabalhou na Ouvidoria do gabinete da então ministra da Assistência Social, Benedita da Silva. Nesse mesmo ano, foi convidada pelo Ministério da Educação para contribuir com as políticas educacionais de ações afirmativas, entre elas: Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo/ SEAS Programa Brasil Alfabetizado; Programa Diversidade na Universidade, na Coordenação-Geral de Diversidade e Inclusão Educacional/ CGDIE/ SECAD, especificamente na área de fortalecimento institucional, em que foi responsável pela organização de 7 Fóruns Estaduais de Educação e Relações Raciais, nos estados de Alagoas, Pará, Piauí, Rondônia, Amazonas, Maranhão e Rio Grande do Sul, contribuindo com a instalação de fóruns permanentes para implementação da Lei Federal 10.639/03 na rede de ensino público. Também na CGDIE, no final de 2006, em função do seu desempenho na articulação política com as secretarias de educação e as ONG's vinculadas à educação e às relações raciais, foi convidada para atuar nos Projetos Inovadores de Cursos/ PICs – Pré - Vestibular para Negros e Carentes onde se encontra atualmente. Email:iranegra@hotmail.com.

¹ Referimo-nos aos estudos financiados pela UNESCO na década de 50, que tinham como objetivo inicial checar em que medida o Brasil poderia servir como exemplo de convivência harmônica entre as raças. Curiosamente, os resultados desta pesquisa demonstraram a existência de forte racismo na sociedade

consolidaram-se como campo legítimo de produção de saberes críticos, com forte vinculação a movimentos sociais organizados.

O debate acerca do racismo no Brasil cresceu em número e pluralidade de inserção de intelectuais que tratam da temática. Pensadores negros apropriaram-se do debate e deram nova roupagem metodológica à abordagem do negro brasileiro, inclusive com propostas políticas importantes para a transformação da desigualdade racial. A trajetória intelectual dos negros nas Américas é objeto de reflexão de inúmeros estudiosos, entre os quais destacamos Paget Henry (2000), que observa a afro-filosofia ser um modo de pesquisadores negros elaborarem suas concepções de mundo aliadas à prática política de transformação, dada a urgência da necessidade de inserção nas esferas de poder.

Por razões históricas, a trajetória do negro no Brasil atravessou processo de exclusão econômica, educacional e cidadã, que se refletiu na qualidade da inserção do negro nos espaços de poder, nas decisões políticas e nos campos de construção do saber. A compreensão de que os espaços de exclusão da sociedade brasileira não necessariamente discutem estratégias comuns faz com que, para cada espaço de exclusão do negro, seja necessária reflexão diferenciada.

Em nível internacional, as discrepâncias de raça e gênero no Brasil já foram identificadas pelo Relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD, que, em 2005, assegurou as desigualdades raciais e de gênero terem impacto no desenvolvimento do país e inferiorizarem os índices de desenvolvimento humano do Brasil, que ocupava a 63^a. posição em 2004. Internamente, as disparidades regionais e raciais fazem que estudos recortados por cor visualizem a existência de dois brasis: o dos brancos e o dos negros. De acordo com o Relatório:

“em 2000, a população branca do Brasil apresentava um IDH-M de 0,814, enquanto o IDH-M da população negra era de 0,703. Caso formassem uma nação à parte, os brancos, com um nível de desenvolvimento alto (acima de 0,800), ficariam na 44 posição no *ranking* do IDH das nações (...). A população negra, com um nível de desenvolvimento humano médio (entre 0,500 e 0,799), teria IDH-M compatível com a 105 posição. A distância entre brancos e negros, portanto, seria enorme: 61 posições no *ranking* do IDH mundial²”.

brasileira, entre os quais se destacam os trabalhos de Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni, Oracy Nogueira, René Ribeiro e outros.

² Relatório de Desenvolvimento Humano – Brasil 2005, p. 58.

É possível supor políticas afirmativas instituídas em âmbito federal que não encontram suporte na ideologia administrativa das equipes gestoras dos diferentes níveis e modalidades de ensino provocarem discrepâncias no atendimento aos alunos. Embora inseridos formalmente em Programa de Ação Afirmativa, alunos e professores precisam ser mobilizados rumo a uma agenda pedagógica de combate ao racismo e experimentação de estratégias integradas de inclusão social.

Uma das missões mais demoradas do MEC tem sido instituir o debate sobre ações afirmativas na Educação Básica e Tecnológica. Estas áreas são de fundamental importância, e podem ser, de forma genérica, avaliadas por meio de dois indicadores: o índice de matrículas e o índice de abandono. De acordo com os dados do Censo Escolar de 2005, “a distribuição de matrículas por cor/ raça é desigual, ao considerar as etapas e as modalidades de ensino³”. Enquanto do universo de alunos que respondeu ao quesito cor/ raça⁴, 46,1% são pardos, 41,6% são brancos, 10% são pretos, e 2,4% são amarelos/ indígenas, o índice de matrículas recortado por cor/ raça sofre variações na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, mas equilibra-se no Ensino Médio⁵. Mesmo em meio a algumas imprecisões de dados referentes ao diagnóstico das populações brasileiras, em seus recortes por cor ou raça na Educação Básica e Tecnológica⁶, é possível começar a discutir a necessidade de implantação de política de valorização da diversidade étnico-racial e de políticas específicas de permanência e/ ou incremento de matrículas da população afro-brasileira na Educação Básica e, em especial, na educação tecnológica.

É necessário esforço na compreensão da população negra, em sua integração social e política na sociedade brasileira. O estudo da política de ação afirmativa em vias de implementação pela SETEC/ MEC e seus respectivos Centros Federais de Educação Tecnológica irá mensurar se a Secretaria poderá servir de exemplo de tentativa de diminuição das desigualdades raciais existentes na formação de quadros da área tecnológica no Brasil. Cabe-nos investigar em que medida os atores envolvidos na implementação do

³ Cf. *Resultados do Censo Escolar 2005* – Ministério da Educação, Brasília, junho 2006. Disponível em: www.inep.gov.br. Acesso em 12/12/2006

⁴ 18,1% dos alunos não responderam ao quesito cor/ raça. Cf. *Resultados do Censo Escolar 2005*, op. cit., p. 33.

⁵ De acordo com o texto introdutório do Censo Escolar, no ensino médio, a distribuição cor/ raça está equilibrada entre parda, com 43,8%, e branca, com 43,8%. Cf. *Resultados do Censo Escolar 2005*, p. 34.

⁶ Composta de 25.620.732 (56.15%) de matrículas de alunos negros.

Programa percebem e interagem com suas funções políticas nos CEFETs e no âmbito da SETEC/MEC.

As convenções e as conferências das Nações Unidas para eliminação de todas as formas de discriminação racial, em 1965 e 2001

A I Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (CERD) ocorreu em 1965, da qual o Brasil foi um dos Estados-parte, portanto vinculado a construir mecanismos de implementação. A CERD já trata de políticas de ação afirmativa, e o Brasil criou, hipoteticamente, ao assinar esta Convenção, obrigação para com seus cidadãos que sofrem discriminação racial, sobretudo no que se refere às políticas de ação afirmativa no Preâmbulo da Convenção e nos artigos 2º e 7º.

Entre a I CERD e a II Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância (CMR) em Durban, na África do Sul, em 2001, o Brasil avançou pouco. Parte desta não-observância dialoga com o entendimento das relações raciais brasileiras, com base no mito da “democracia racial”, o qual não enquadra ideologicamente o Brasil em quase nenhum dos itens da Convenção.

No entanto, a III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância (CMR) em Durban, na África do Sul, em 2001, conseguiu articular a ida de organizações do movimento negro brasileiro e reconhecê-los como atores legítimos para os fenômenos racistas brasileiros, discutidos à luz de convenções, tratados e conferências internacionais. De todo este debate, o governo brasileiro, representado pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, trouxe ao Brasil a Declaração de Durban com uma série recomendações que culmina em Programas de Combate ao Racismo e de equidade, a saber: a) o Programa Bolsa-Prêmio, do Instituto Rio Branco – Ministério das Relações Exteriores, criado em 2002; b) o Programa Diversidade na Universidade, criado em 2002, no Ministério da Educação; c) a inclusão dos quesitos cor e gênero nos programas de capacitação profissional do Ministério do Trabalho e no Ministério da Saúde.

Embora criados formalmente no ano de 2002, estes Programas passaram a ser executados em 2003, no final de mandato presidencial de oito anos. Com a mudança de governo, os Programas foram mantidos e incrementados com a criação da SEPPIR,

Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, vinculada à Presidência da República, com a homologação da Lei Federal 10.639/2003, que institui a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e com a criação da SECAD – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, no Ministério da Educação, sob enfoque temático para as diversidades étnico-raciais e políticas de valorização étnico-racial nos sistemas de ensino. Também no Ministério da Educação, ações importantes foram implementadas, como a inclusão do quesito raça/ cor no Censo Escolar, em 2005, a criação do Programa Universidade para Todos – PROUNI, com cotas raciais e a formação de um Grupo de Trabalho, instituído pela Portaria nº 10, de 20 de março de 2006, pela SETEC - Secretaria de Educação Tecnológica, que “pretende implementar, como manda a lei, a temática nos currículos das escolas da rede federal de educação profissional e tecnológica⁷”.

Educação tecnológica e população negra brasileira

A trajetória da população negra tem sido tímida, pouco tematizada e problematizada na área de educação tecnológica. É necessário, pois, repensar os modos de ingresso dos alunos negros nos Centros Federais de Educação Tecnológica e rever as bases do caráter excludente que estrutura a política de acúmulo de conhecimento como condição primeira de acesso à educação tecnológica gratuita.

A trajetória do engenheiro André Rebouças

⁷ Portal SETEC, “Cultura africana chega às escolas de educação profissional”, de Sophia Gebrim, de 25/05/2006.

André Rebouças figura na história brasileira como um dos poucos negros com trajetória profissional eminente na área das ciências exatas. Destacado engenheiro, Rebouças viveu em pleno século da escravidão, de 1843 a 1898. Em nenhum momento, mostrou-se alheio à situação da população negra brasileira. Fundou o Centro Abolicionista da Escola Politécnica, fazendo-nos crer que o processo revolucionário de cidadania ativa da população negra começou em um Centro de Educação Tecnológica. Os motivos do não-seguimento desta vocação por parte das escolas de educação tecnológica serão abordados na pesquisa em tela.

Fiel às convicções ideológicas de retorno à mãe África, Rebouças morre em Funchal, na África, onde decidiu viver os restos de seus dias. Militante exemplar e com poucos amigos negros, filiou-se a uma contradição que seria tanto estrutural como sistemática de sua trajetória de militância: a amizade com Joaquim Nabuco e Alfredo Taunay. A historiadora Maria Alice Rezende de Carvalho retrata este conflito quando Rebouças flagra as imprecisões ideológicas do amigo Taunay:

"...'você, deveras, está escravocrata? Será possível, um Taunay, o meu Taunay?,... 'não!', retorqui-lhe com força, 'não me faça tal injustiça! Estou decidido a trabalhar pela abolição; não quero, porém, fazer as coisas a esmo, sem método, sem acautelar interesses vitais da nossa pátria, infelizmente ligados à negra escravidão e com ela travados. Tratemos, por isso, *pari passu*, e concomitantemente, da imigração, chamemos a nós as grandes forças de reconstituição moral e material; eis o caminho a seguir para sitiá-lo e esmagar-se o horrendo monstro...' 'Estou pronto, estou pronto, respondeu-me ele⁸".

A historiadora Wilma Peres Costa relembra da tríade famosa do pensamento social brasileiro do século XIX⁹. Rebouças foi o menos lido e o mais esquecido do leitor brasileiro: “a maior parte da obra de Rebouças permanece não publicada, estando confinada aos seus *Diários íntimos* e à sua extensa correspondência, ou foi divulgada em revistas dedicadas a temas técnicos de engenharia e agricultura, hoje de difícil acesso¹⁰”. O fim esquecido, a militância sem frutos, a solidão, a tristeza e a amargura da miséria sintetizam, por meio da trajetória de André Rebouças, o espectro da militância negra que, isolada e

⁸ Maria Alice Rezende Carvalho, *Os Projetos de André Rebouças*, Jornal do Brasil, 09 / 05 / 1998.

⁹ Wilma Peres Costa refere-se a Joaquim Nabuco, Alfredo Taunay (o Visconde de Taunay) e André Rebouças.

¹⁰ Cf. Wilma Peres Costa, RBCS, Vol. 14, no. 40, junho/99, p. 173.

descaracterizada dos seus ideais, frustra-se enquanto movimento e aborta um processo histórico de emancipação inúmeras vezes reiniciado.

Por fim, contrariando o determinismo histórico, e em meio à sociedade escravocrata, emergem personagens afro-brasileiros importantes e pouco conhecidos pela história oficial, tais como: o engenheiro Teodoro Sampaio e o médico Juliano Moreira, que representam a superação dos afro-brasileiros e contribuíram para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia no Brasil.

Referências

- ANDREWS, George Reid. “Ações Afirmativas: um modelo para o Brasil?” (mimeo).
- ARAÚJO, Ricardo Benzaquén de. *Guerra e Paz. Casa Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre*, Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.
- AZEVEDO, Célia M. de. *Onda negra, medo branco – o negro no imaginário das elites: século XIX*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- COSTA RIBEIRO, Carlos Antônio. “Classe, Raça e Mobilidade no Brasil”. In: Revista Dados – Ciências Sociais, 2006.
- COSTA, Wilma Peres, Resenha de “O Quinto Século, André Rebouças e a Construção do Brasil”, de Maria Alice Rezende de Carvalho. Revista Brasileira de Ciências Sociais, , Vol. 14, no. 40, junho/99.
- CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. Disponível em: Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro – <http://www.bibvirt.futuro.usp.br>
- FERNANDES, Florestan. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. São Paulo: Ática, 1978.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*, Brasília: Ed. Unb.[originalmente publicado em 1933], 1961.
- HASENBALG, Carlos. “Entre o Mito e os Fatos: racismo e Relações raciais no Brasil” In: *Revista Dados – Ciências Sociais*, v. 38, n. 2. 1995.
- HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Valle. *Relações Raciais no Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, IUPERJ, 1992.
- _____. *Origens e Destinos - Desigualdades Sociais ao Longo da Vida*. Rio de Janeiro: TopBooks, 2003.

HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Valle; LIMA, Márcia. *Cor e Estratificação Social*. Rio de Janeiro: Contracapa, 1999.

HENRY, Paget. *Caliban's Reason: Introducing Afro-Caribbean Philosophy*, Londres/Nova Iorque, Routledge, 2000.

HERINGER, Rosana “Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas” In: Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 18 (Suplemento): 57-65, 2002.

JÚNIOR, Caio Prado. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1971.

MAGGIE, Yvonne. “Cor, hierarquia e sistema de classificação: a diferença fora do lugar” In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 14, p.149-160, 1994.

MENDES, Constantino Cronemberger; TEIXEIRA, Joaúlio Rodolfo. “Desenvolvimento Econômico Brasileiro: uma releitura das contribuições de Celso Furtado”. Brasília: IPEA, 2004.

SANTOS, Ivair Augusto dos. *O Movimento Negro e o Estado (1983-1987): o caso do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra no Governo de São Paulo*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006.

SHERIFF, Robin. “Negro é um apelido que os brancos deram aos pretos”, *Programa Raça e Etnicidade*, IFCS, UFRJ, 1995.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e; SILVÉRIO, Valter Roberto. *Educação e Ações Afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003.

Documentos:

Boletim *Os Números da Cor*, No. 01. Centro de Estudos Afro-Asiáticos – Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, 1996.

“Exposição de Motivos – Anteprojeto de Lei da Educação Superior” - *Anteprojeto de Lei da Educação Superior* - Ministério da Educação, Brasília, 2005

Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD), 2002.

Relatório de Desenvolvimento Humano – Brasil 2005, PNUD.

Resultados do Censo Escolar 2005 – Ministério da Educação, Brasília, Junho 2006.

[Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial](http://www.gdgc.pt/direitos-humanos/onu-proteccao-dh/orgaos-onu-elim-disc-racial.html) In:
<http://www.gdgc.pt/direitos-humanos/onu-proteccao-dh/orgaos-onu-elim-disc-racial.html>. Acesso em
14/05/2007

Sites:

Portal SETEC, “Cultura africana chega às escolas de educação profissional”, de Sophia Gebrim, de 25/05/2006.

Maria Alice Rezende Carvalho, *Os Projetos de André Rebouças*, Jornal do Brasil, 09 / 05 / 1998.

Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro - <http://www.bibvirt.futuro.usp.br>
<http://www.smecc.salvador.ba.gov.br/documentos/contribuicao-povos-africanos.pdf>